

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETARIO — Jorge Sato

2.º SECRETARIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETARIO — David Federmann

4.º SECRETARIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETARIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — Às quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk —

Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETARIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETARIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETARIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETARIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETARIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETARIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — Às terças-feiras

SECRETARIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETARIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETARIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)

SECRETARIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domicio Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 239.ª Sessão Extraordinária) Realizada em 28 de Novembro de 1973 - (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quíelise Crisóstomo — Wilson Fortes — Domicio Scaramella — Francisco Escorsin — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Paulo Poli e Wilson Brandão (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 33 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-73, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Tibagi ao de Castro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DA DIA:
3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 240.ª Sessão Ordinária Realizada em 28 de Novembro de 1973 - (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quíelise Crisóstomo — Wilson Fortes — Domicio Scaramella — Francisco Escorsin — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão e Paulo Poli (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer a consignação em Ata de um voto de profunda consternação pelo trágico acidente que vitimou o industrial João Carlos Barão, sábado último, na baía de Antonina.

Descendendo de tradicional família, era filho do industrial João Barão e da Senhora Flora Altheia Barão deixando viúva e quatro filhos menores.

Dotado de qualidades que lhe exornaram o viver, João Carlos Barão, como diretor de indústrias ou cidadão, soube conquistar vasto círculo de relações de amizade, sendo figura das mais conceituadas na sociedade paranaense, razão por que a notícia do seu trágico falecimento repercutiu dolorosamente, causando real consternação.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada, acompanhada de cópia deste Requerimento, para o que declina endereço: Avenida 7 de Setembro, 5.415, nesta Capital.

Sala das Sessões em 28 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção na Ata dos presentes trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta semana, na cidade de Castro, do Senhor Marcimino Cobbe.

O extinto era pai do Doutor Cobbe, atual Diretor da FAMEPAR.

Era ainda, pessoa grandemente relacionada e desfrutava de expressivo prestígio, tendo o seu passamento consternado a sociedade castrense.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento à ilustre família enlutada na pessoa do Doutor João Cobbe nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1973.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais dos Trabalhos da presente Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, do Dr. Dalton Frederico de Mello, professor e Inspetor Regional de Ensino em Joaquim Távora.

O extinto, pelas suas qualidades pessoais, quer como professor, quer como Inspetor Regional de Ensino em Joaquim Távora, conquistou a admiração e o respeito da população local como um dos seus mais dignos representantes.

Da decisão do presente requer, outrossim, que se dê ciência à família enlutada que reside em Sengés, na pessoa do Sr. Jayme Jorge, ex-Prefeito de Sengés.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1973.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de congratulações pelo transcurso, a 27 do corrente mês, do DIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, efeméride que ensejou as mais justas provas de apreço e carinho à valorosa e atuante classe, fiel defensora da observância da lei e vigilante fiadora do maior respeito aos reais interesses de nossas coletividades.

Outrossim REQUER seja transcrita nos Anais da Casa a brilhante mensagem dirigida ao Ministério Público pelo excelentíssimo Senhor Doutor Acyr Saldanha de Loyola, digníssimo Procurador da Justiça, documento que encerra uma bela e singular página de espírito de união de todos os que, no desempenho dos nobres mistérios da Promotoria Pública, sabem destinar à justiça de nosso Estado tão relevantes quanto brilhantes serviços, honrando as melhores expectativas e alteando-se à confiança do povo paranaense.

Dê-se, pois, comunicação da presente resolução ao eminente Senhor Procurador Geral da Justiça, Doutor Acyr Saldanha de Loyola, bem como ao correto e prestigioso Senhor Presidente da Associação do Ministério Público, Doutor Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1973.

(a) Santos Lima

INDICAÇÃO:

Indicação

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, regimentalmente indica os Exmos. Srs. Deputados Iris Mário Caldart e Domicio Scaramella, para exercerem nesta Casa as funções de vice-Líderes da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1973.

(a) Maurício Fruet

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 286-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava — S.O.S., com sede em Guarapuava, neste Estado.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA: — O Serviço de Obras Sociais de Guarapuava, com personalidade jurídica desde 1967, vem prestando reais serviços à comunidade, não apenas no campo estrito da assistência como principalmente, no que se refere à promoção humana. Assistindo os realmente necessitados, promove a recuperação daqueles que por infelicidade, ficam à margem da vida. Estimula e cria obras de bem estar, mantém e subvenciona outras, de modo a atingir grande área assistencial.

Justifica-se plenamente a concessão da medida, mais como um incentivo àqueles que mourejam na entidade, com o elevado espírito comunitário de realizar o bem ao semelhante.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 248-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 89-73, encaminhando anteprojeto de Lei que visa regulamentar a Norma Constitucional constante do artigo n.º 148 da Constituição Estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA, COM EMENDA DE PLENÁRIO. — Aprovada, a Emenda.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150-73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dispõe sobre descontos salvo os previstos em Lei, nos vencimentos, remuneração ou proventos dos integrantes do Magistério Público e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63-73, de autoria do Dep. Odilon Reinhart, que outorga Título de Cidadã Benemérita do Paraná à Professora Eny Caldeira. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 249-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando formulação de um Plano de Obras Adequado à Tipologia Urbana do Estado e Análise de Programação das Despesas Públicas do Estado do Paraná a Nível Municipal. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 74-73

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná para a formulação de um Plano de Obras Adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-11-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 249-73

P A R E C E R

1 — A presente Proposição, oriunda de Mensagem Governamental n.º 77-73, encaminhando cópia do Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, objetiva a formulação de um Plano de Obras para a Tipologia Urbana do nosso Estado e Análise da Programação de Despesas Públicas a nível municipal.

2 — A proposição é esboço tanto formal como jurídica e constitucional, visando estabelecer normas de mútua cooperação.

Opinamos pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Antônio Lopes Jr. — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

P A R E C E R COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 74-73, ex-Proposição n.º 249-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando formulação de um Plano de Obras adequado à tipologia urbana do Estado e análise de Programação das Despesas Públicas do Estado do Paraná, a nível municipal, encaminhado para referendo do Poder Legislativo através da Mensagem Governamental n.º 77-73, de 29 de agosto de 1973.

2. Respalçado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios e considerando-se que as implicações decorrentes, na ordem financeira, da aprovação do Projeto de Resolução em testilha serão as naturais de tal cometimento administrativo, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito de que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente à matéria epígrafa.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

MENSAGEM 77-73

Curitiba, 29 de agosto de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 8 de agosto de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná objetivando a formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná para a formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

O Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em Exercício, Senhor João Mansur, doravante denominado simplesmente "ESTADO", e a Universidade Federal do Paraná CGC/MF n.º 75095679/001, doravante denominada simplesmente "UNIVERSIDADE" neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor Eduardo Correia Lima, tem ajustado o presente Convênio para a formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal, na forma das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — do Objeto do Convênio:

Constitui objeto do presente Convênio a execução pela "UNIVERSIDADE", de levantamentos, análises e estudos básicos, de acordo com o pactuado neste instrumento, visando:

- a formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná;
- Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal existentes no Estado do Paraná.

Parágrafo Primeiro: Visando atingir o objetivo fixado nesta Cláusula, a "UNIVERSIDADE" obriga-se a executar as tarefas discriminadas em duas etapas, a primeira, com duração de 90 (noventa) dias, contados a partir do pagamento da primeira parcela à "UNIVERSIDADE" e a segunda no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aprovação dos trabalhos pelo "ESTADO".

Parágrafo Segundo: Para atingir o objetivo discriminado nesta Cláusula, caberá à "UNIVERSIDADE" executar, durante a primeira etapa, os seguintes trabalhos:

- Quanto à formulação do Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná:
 - Determinação de Parâmetros para avaliação das necessidades de Edificações;
 - Estudo da envergadura de obra compatível com a tipologia e tendências por Setores de atuação governamental;
 - Ajustes e Correções necessárias.
- Quanto à Análise da Programação das Despesas Públicas
 - Pesquisa das previsões de investimentos existentes a nível municipal, para 1973/74/75 e 76.

Parágrafo Terceiro: No desenvolvimento da segunda etapa deverá a "UNIVERSIDADE" realizar os seguintes trabalhos:

- Quanto à formulação de um Plano de Obras de Edificações adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná:
 - Formulação de Plano de Obras de Edificações;
 - Critérios para estabelecer prioridades;
 - Formulação do perfil de investimentos necessários;
 - Proposição de modelos de participação de Municípios na execução e financiamento de obras.
- Quanto à Análise da Programação das Despesas Públicas a Nível Municipal no Estado:
 - Consolidação, a nível municipal, de toda a programação de investimentos;
 - Análise das posições municipais consolidadas;
 - Conclusões.

Parágrafo Quarto: A "UNIVERSIDADE" executará os trabalhos ora convencionados através de seus elementos dedicados à pesquisa e ao estudo da matéria ligada ao desenvolvimento urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Qualidade dos Trabalhos e do Pessoal

I — A "UNIVERSIDADE" obriga-se por este instrumento na melhor forma de direito a cumprir todas as suas obrigações e enunciativamente, elaborar e executar todos e quaisquer serviços, encargos, trabalhos, pesquisas e levantamentos decorrentes deste Convênio e, especialmente o relatório final mencionado na Cláusula Quinta, item IV, com extraordinária eficiência e esmero, de acordo com os melhores padrões técnicos, nacionais e internacionais pertinentes.

II — Obriga-se a "UNIVERSIDADE" a executar os trabalhos decorrentes do presente Convênio através da equipe básica constante do anexo I do presente instrumento, devidamente rubricado pelas partes.

Parágrafo Único: Os técnicos integrantes da equipe básica acima referida, poderão ser substituídos em casos especiais por outros altamente especializados, cabendo porém, sempre, ao "ESTADO" aprovar previamente as substituições, após a comprovação pela "UNIVERSIDADE" da alta eficiência e capacidade dos mesmos.

Alínea: O descumprimento pela "UNIVERSIDADE" do ora pactuado, dará direito ao "ESTADO" de considerar rescindido o presente Convênio, sem prejuízo da indenização das perdas e danos verificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Propriedade dos Relatórios e das Informações:

Todos os dados, pesquisas, relatórios, mapas, planos, estatísticas, memorandos, códigos, bem como a massa de cartões perfurados utilizados para a computação eletrônica e quaisquer outros documentos elaborados pela "UNIVERSIDADE" em decorrência do presente Convênio constituirão propriedade exclusiva do "ESTADO".

Parágrafo Primeiro: Todos os relatórios e demais documentos referidos nesta Cláusula serão tratados como confidenciais pela "UNIVERSIDADE" e não serão postos à disposição de qualquer pessoa física ou jurídica, nem divulgados sem o prévio e expresso consentimento do "ESTADO", podendo a "UNIVERSIDADE" possuir, nos seus arquivos, registros próprios dos trabalhos decorrentes da execução das tarefas, exclusivamente para consulta própria.

CLÁUSULA QUARTA — Da Transferência das Obrigações

A "UNIVERSIDADE" não cederá nem transferirá, nem disporá deste Convênio ou de suas partes, ou de quaisquer direitos deles decorrentes, e, enunciativamente, não subcontratará nem mesmo parte dos serviços a não ser com expresso consentimento do "ESTADO", quando então, mesmo obtido o consentimento de subcontratação, os estudos e serviços atinentes serão sempre, em qualquer hipótese, elaborados sob a supervisão direta e exclusiva responsabilidade da "UNIVERSIDADE".

CLÁUSULA QUINTA — Dos Relatórios

A "UNIVERSIDADE" entregará ao "ESTADO" cinco vias de cada um dos documentos, atinentes ao objeto do presente Convênio:

- Relatórios mensais do desenvolvimento dos trabalhos e dos resultados obtidos, que deverão ser entregues até o dia 10 (dez) do mês seguinte;
- Relatório da primeira etapa do trabalho, contendo todos os dados e elementos constantes dos itens relacionados ao Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira, para ser aprovado pelo "ESTADO";
- Esquema do relatório final, que deverá ser entregue juntamente com o relatório da primeira etapa, para ser igualmente aprovado pelo "ESTADO";
- Relatório final, contendo:
 - Descrição do desenvolvimento geral dos trabalhos e da metodologia utilizada, com referência as aproximações alcançadas;
 - Todos os dados e elementos constantes dos itens relacionados do Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira.

Parágrafo Único: A aprovação do relatório apresentado pela "UNIVERSIDADE" deve se dar, pelo "ESTADO" dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega respectiva, sendo que no caso de desaprovção disporá a "UNIVERSIDADE" de outros 30 (trinta) dias, para atender às exigências impostas para merecer aprovação; o silêncio por mais de 30 (trinta) dias, após o recebimento de cada relatório, implicará em sua aprovação tácita.

CLÁUSULA SEXTA — Do Preço e do Pagamento

O "ESTADO" transferirá à "UNIVERSIDADE", a título de compensação pela execução deste Convênio, a importância de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) à conta de recursos da Secretaria de Viação e Obras Públicas para a execução do Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná; e Cr\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil cruzeiros) à conta de recursos da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, Comissão de Planejamento Econômico. PLADEP para a execução de Análise da Programação de Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

Parágrafo Primeiro: As aludidas importâncias serão pagas da seguinte forma: O "ESTADO" entregará à "UNIVERSIDADE" a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) logo após a publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná do presente Convênio; a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) 60 dias após a assinatura do presente Convênio, e a importância de Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros) após a conclusão do trabalho e sua aprovação final pelo "ESTADO".

Parágrafo Segundo: As despesas com a impressão dos trabalhos serão pagas diretamente pelo "ESTADO" à firma executora, sem maiores ônus para a "UNIVERSIDADE".

Parágrafo Terceiro: As importâncias pagas de acordo com o disposto nesta Cláusula, serão depositadas pelo "ESTADO" em conta vinculada no Banco do Estado do Paraná S/A, podendo apenas ser movimentada para os fins previstos neste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA — Da Classificação Orçamentária e do Empenho:

A importância a ser paga pelo "ESTADO", conforme disposto no "CAPUT" desta Cláusula, correrá à conta da Dotação n.º 4203.0101.2002, Despesas Correntes 3.0.0.0, Despesas de Custeio 3.1.0.0, Encargos Diversos 3.1.4.0. Acordos e Convênios 3.1.4.0.17; Dotação n.º 2103.0101.2004, Despesas Correntes 3.0.0.0, Despesas de Custeio 3.1.0.0, Encargos Diversos 3.1.4.0., Acordos e Convênios 3.1.4.0.17.

CLÁUSULA OITAVA — Da Representação:

As partes nomearão no prazo de 5 (cinco) dias, contados desta data, cada uma, um representante e um suplente, para cada um dos dois trabalhos, sendo um representante e suplente da Secretaria de Viação e Obras Públicas e um representante e suplente da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos quais serão delegados, todos os poderes necessários para representá-lo na execução do presente Convênio.

Parágrafo Primeiro: O representante da "UNIVERSIDADE", exercerá também as funções de Coordenador dos trabalhos técnicos e movimentará as importâncias entregues à "UNIVERSIDADE", de acordo com o disposto neste instrumento.

Parágrafo Segundo: Os representantes do "ESTADO" acompanharão e fiscalizarão a execução dos projetos que compõem este Convênio, podendo proceder a quaisquer exames, inspeções, levantamentos, peritagens, onde lhes parecer conveniente, obrigando-se a "UNIVERSIDADE" a facilitar e permitir a execução das atinentes medidas.

CLÁUSULA NONA:

As partes elegem o foro de Curitiba (PR), com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao disposto no presente Instrumento. E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que seja firme e valioso.

Curitiba, 8 de agosto de 1973

(aa) JOÃO MANSUR — Governador do Estado do Paraná

EDUARDO CORREA LIMA — Reitor da Universidade Federal do Paraná

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os municípios de Nova Londrina, Marilena e Itauna do Sul e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 23-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os municípios de Nova Londrina, Marilena e Itauna do Sul.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para instalação e funcionamento.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA: Houve uma grandiosa sementeira de escolas em todos os níveis. A região Noroeste foi grandemente beneficiada com escolas primárias e secundárias, durante os últimos quatro anos. Isto é motivo de satisfação por um lado, ao mesmo tempo que traz novas necessidades, como o caso de uma urgente instalação de Inspeções Regionais de Ensino, para que os problemas educacionais encontrem soluções rápidas e para que haja a presença do inspetor a fim de que não sofra solução de continuidade, mas se aprimore cada vez mais.

Nova Londrina e os municípios específicos na presente Lei ressentem-se de uma Inspeção, razão porque propomos o presente Projeto de Lei à consideração dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 231-73

Assinado pelo ilustre Deputado Wilson Fortes, o presente Projeto de Lei visa criar a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os municípios de Nova Londrina, Marilena e Itauna do Sul.

A proposição está formalmente em condições de ser aprovada, e sua justificativa nos convence de sua oportunidade.

Pela aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1973

Antônio Costa — Presidente

Quielso Crisóstomo da Silva — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 231-73

I) — O Projeto de Lei objeto deste parecer, já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, desde que esteja prevista verba orçamentária para sua instalação e funcionamento, nada existe que possamos antepor ao mesmo.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26-11-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 231-73

I — O Projeto de Lei n.º 231-73, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, cria a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os municípios de Nova Londrina, Marilena e Itauna do Sul e dá outras providências.

II — O objetivo do Projeto é dos mais meritórios e já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças. Portanto somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de 1973

a) Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 95-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva abrir crédito especial de Cr\$ 22.724,00 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros), para liquidação de dívida contraída pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina com o Instituto de Desenvolvimento Florestal. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 95-73

Curitiba, 23 de outubro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 22.724,00 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros), destinado à liquidação da dívida contraída pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina com o Instituto de Desenvolvimento Florestal, para construção do Parque da Madeira, na cidade de Paranaguá.

O crédito especial cuja autorização para abertura é proposta através do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis, pela sua elevada significação consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar condições no sentido da legalização de expressivo acervo patrimonial da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração

(a) EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 22.724,00 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros), destinado à liquidação da dívida contraída pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, através de contrato firmado em outubro de 1948, para construção do Parque da Madeira na cidade de Paranaguá, conforme a discriminação abaixo:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DOS TRANSPORTES
UNIDADE: GABINETE DO SECRETÁRIO — ENTIDADES SUPERVISIONADAS
PROGRAMA: TRANSPORTES
SUB-PROGRAMAS: PORTOS
ATIVIDADE: PROGRAMAÇÃO A CARGO DA ADMINISTRAÇÃO DOS
PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DOTAÇÃO: 4302.1608.2833

| | |
|-------------------------------------------------------|-----------------------|
| 3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES | Cr\$ 22.724,00 |
| 3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | Cr\$ 22.724,00 |
| 3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes | Cr\$ 22.724,00 |
| 3.2.7.3 — Entidades Estaduais | Cr\$ 22.724,00 |
| 03 — Entidades Estaduais — Outros Custeios | Cr\$ 22.510,00 |
| 08 — Entidades Estaduais — Diversas | Cr\$ 214,00 |
| T O T A L | Cr\$ 22.724,00 |

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 260-73

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, oriundo da Mensagem Governamental n.º 95-73, é autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 22.724,00 (vinte e dois mil setecentos e vinte e quatro cruzeiros), destinado à liquidação da dívida contraída pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, através de contrato firmado em outubro de 1948, para construção do Parque da Madeira na cidade de Paranaguá.

Consta, ainda, do Projeto, autorização ao Poder Executivo para cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972, como recurso para cobertura do crédito acima especificado.

Constitucionalmente, legalmente e formalmente, a propositura é **eskorreita**, pelo que opino pelo **ACOLHIMENTO** da medida para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(Ass. ilegível) — Presidente
Ivo Thomazoni — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 260-73

I) — Projeto de iniciativa governamental, contém matéria de sua competência exclusiva.

Assim sendo, nenhum impedimento existe para antepormos ao mesmo, nesta Comissão.

Nosso parecer é favorável a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26-11-73

(Ass. ilegível) — Presidente
Gilberto Carvalho — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Maurício Fruct, indicando os Srs. Deputados Iris Caldart e Domicio Scaramella, para exercerem nesta Casa as funções de vice-Líderes da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro. — À Divisão das Comissões, para anotar

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcimino Cobbe, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Dalton Frederico de Mello, professor e Inspetor Regional de Ensino em Joaquim Távora. — **Aprovado**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de profunda consternação pelo trágico acidente que vitimou o industrial João Carlos Barão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso, a 27 do corrente, o Dia do Ministério Público, e transcrição nos Anais da Casa a brilhante Mensagem dirigida ao Ministério Público pelo Sr. Doutor Acyr Saldanha de Loyola, Procurador Geral da Justiça. — **Aprovado.** (A Matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati inscrito para explicação pessoal.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "O Estado de São Paulo", edição do dia 25 de novembro, domingo último, traz um artigo de autoria do jornalista Arruda Campos, retratando uma situação que cabe perfeitamente a vários Municípios do Paraná, quando debate o abuso dos percentuais.

É um artigo muito bem redigido, mostrando sobretudo que, lamentavelmente, há no Brasil serventúrios da justiça que ganham mais do que o próprio Presidente da República. Há serventúrios, cujos salários são superiores aos próprios ordenados pagos aos Ministros da mais alta Corte de Justiça do País.

Diz aqui: (Lendo): — "Decisão normativa do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a legitimidade da Lei da Assembléia Legislativa da Guanabara que limitou a remuneração dos escrivães de serventias não oficializadas, está sendo agora invocada em São Paulo, em decorrência de Projeto do Deputado Lincoln Grillo, que procura disciplinar o assunto, nos mesmos termos, no âmbito de nosso Estado.

O tema pode ser situado com facilidade. O Decreto-Lei federal n.º 376, de 20 de dezembro de 1968, estabelece que nenhum Juiz pode ganhar mais do que um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Compreensível, consequentemente, que nenhum serventúrio possa perceber, como renda líquida, mais do que o limite fixado para os magistrados seus superiores hierárquicos imediatos.

A questão de se saber se o titular do Cartório, aprovada que seja a proposição, vai agir desta ou daquela forma, para burlar ou não o princípio legal, não tem no caso maior interesse. O que vale é o princípio. Mesmo porque, estabelecida a norma apanha-se o infrator.

Realmente, não tem o menor cabimento, ao exercer uma função pública, em decorrência, regra geral, de compadrios e barganhas políticas, que determinados cidadãos percebem quantias excepcionalmente elevadas, que desde logo embolsam, como nos balcões das casas comerciais, quando é certo que os agentes fiscais que promovem as arrecadações em benefício do Tesouro, são dados como "príncipes", só porque usufruem de uma pequena participação na renda que eles carregam para o erário.

O caso é tão aberrante que ainda agora, no Congresso, dois Srs. Deputados, José Alves (Arena-AL) e Freitas Nobre (MDB-SP), através de Projeto, propuseram que nenhum funcionário da administração pública, direta ou indireta, poderá receber remuneração mensal superior aos 32 mil atribuídos ao próprio Presidente da República. Isso porque, entre dezenas de outros casos, descobriram os dois ilustres parlamentares, o de um serventúrio de Brasília que teve um rendimento bruto, consignado na sua declaração de renda, superior a um milhão de dólares, usada a moeda norte-americana como termo de comparação, uma vez que os vencimentos do Presidente dos EUA somam em mil dólares e as retiradas do presidente da General Motors (o maior complexo industrial do mundo), são da ordem de 800 dólares.

Esses dados precisam ser bem fixados, uma vez que os lucros não decorrem propriamente do trabalho, mas do desempenho de uma função delegada pelo Estado.

O quantum é importante, mas não é o básico. O essencial é que nenhum funcionário público, ou servidor de entidade da administração indireta, pode ganhar mais que o Presidente da República, nem ainda, nenhum auxiliar de Justiça pode perceber mais que os Ministros da mais alta corte judiciária do País.

A remuneração é uma forma de hierarquia.

Madame ganha muito mais que o Chefe da Nação e todos os ministros do STF reunidos. Sobre o que recebe, paga o competente imposto de renda. Ganha, porém, como prostituta, e não como um representante da União, dos Estados e dos Municípios. Jamais como titular de cargo oficial ou oficializado, cujos atos se revestem de fé pública.

As comparações devem ser evitadas, por causa dos que agem corretamente e também porque a classe dos "profiteiros" da Justiça não seja exposta, com todos os seus abusos, todas as extorsões, com desmoralização dos juizes corregedores".

Sr. Presidente, procedemos a leitura do artigo intitulado "Abuso de Serventúrios", escrito pelo jornalista Arruda Campos e publicado na edição de domingo do "O Estado de São Paulo". Realmente, aqui no Paraná há cartórios de pequenas cidades que ganham mais que o próprio Governador do Estado, que ganham mais que o próprio Presidente do Tribunal de Justiça, então, a hierarquia está sofrendo um abalo sensível porque vemos que há Cartórios de cidades do Paraná, em que o cartorário ganha mais que cem mil cruzeiros por mês. É preciso corrigir esta falta gritante que há neste setor tão importante para a vida paranaense. Nós vemos cartorários que devem ter as suas taxas fixadas pelo Tribunal de Justiça, pelo Corregedor Geral da Justiça, para evitar que possamos ver o nosso povo paranaense sendo explorado, pagando taxas exorbitantes nos Cartórios do Paraná. É preciso, pois o futuro Presidente da República, General Geisel, vai ganhar 32 mil cruzeiros. Não é justo que os cartorários do Paraná ganhem mais de 100 mil cruzeiros. Este é um abuso que gostaríamos de denunciar porque sabemos que muitos cartorários digo, cartórios são conseguidos graças a essa barganha pública, para infelicidade do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 30, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63-73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74-73 e dos Projetos de Lei nrs. 231-73 e 260-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 43-73, 77-73 e de Lei n.º 193-73.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados a palestra no Grande Expediente, de amanhã, do Dr. Edgar Withers, a convite do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO SANTOS LIMA. NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28-11-73

"Ao ensejo do transcurso do Dia do Ministério Público, transmi to minha mensagem de confraternização a todos os seus ilustres integrantes. Nenhuma data é mais oportuna e significativa que esta para manifestar, como Procurador Geral da Justiça do Paraná, meu júbilo por chefiar uma instituição que se notabiliza, dia a dia, no cumprimento de seus altos desígnios, mercê da cultura e do espírito público de seus membros. Ademais disso, o acontecimento assume ainda maiores proporções, em razão das funções primordiais do Ministério Público no seio da justiça, como órgão do Estado promotor da observância da lei e defesa dos interesses da sociedade. No desempenho dessa árdua missão inúmeros são os percalços que se nos deparam. Porém, sua inegável grandeza reside precisamente em superar todos os obstáculos. Manifesto, nesta data, o meu apreço aos colegas Procuradores, Promotores e Curadores, preciosos auxiliares e leais amigos.

Curitiba, 27 de novembro de 1973.

Acyr Saldanha de Loyola — Procurador Geral da Justiça".

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE POLÍCIA

3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 5.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e três às 16,00 horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, com a presença dos Senhores Deputados: Antonio Belinati, Antonio Franco Ferreira da Costa, Marciano Baraniuk, Arthur de Souza e Nelson Buffara.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior.

Como nada constasse da hora do expediente, passou-se à Ordem do Dia, sendo relatados os seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 76-73, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do D.E.R., dotando-os de sistema de comunicação, assistência médica, ambulância e dá outras providências. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 74-73 — De autoria do Deputado Antonio Lopes Júnior, que transfere para a Jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Itati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins. Relator Deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 164-73 — De autoria do Poder Executivo. Mensagem 72-73 encaminhando anteprojeto de Lei objetivando introduzir alterações na Lei n.º 6.264 de 10-01-72, que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN. Relator Deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51-73 — Ex-proposição n.º 88-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município da Lapa, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do respectivo Município. Parecer favorável. Relator Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50-73 — Ex-proposição n.º 21-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas Jussara e Maringá, objetivando fornecimento de equipamentos às delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será por mim assinada, Secretário de Comissão e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Antonio Belinati — Presidente.
Lóris C. de Barros — Secretário.

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 14.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 14,30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados João Fadel, Gilberto Carvalho e Wilson F. Fortes.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia quando foram relatados os seguintes projetos:

PROJETO DE LEI N.º 226-73 — de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que estende os efeitos do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 2-10-70, aos demais cargos de nível universitário do Quadro Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João C. Fadel. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 258-73 — de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho que autoriza o Poder Executivo, fazer seguro de todos os veículos oficiais de seu uso e propriedade, na forma que especifica. Relator Senhor Deputado João C. Fadel. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 77-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 260-73 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Relator Senhor Deputado João C. Fadel. Parecer favorável. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião da qual para constar, eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quielse C. da Silva — Presidente.
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária.

COMISSÃO DE POLÍCIA

3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 66.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e três, às 15,00 horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, com a presença dos Senhores Deputados: Antonio Belinati, Antonio Franco Ferreira da Costa Marciano Baraniuk e Nelson Buffara.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior.

Como nada constasse da hora do expediente, passou-se à Ordem do Dia, sendo relatados os seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 85-73, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Flórida, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 87-73, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Lobato, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 180-73, que autoriza o Poder Executivo transferir para Jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Maringá, o Serviço de Trânsito dos municípios de Itaguagé, Santa Inês e Santo Inácio. Relator Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64-73 — Ex-Proposição n.º 220-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Balsa Nova, Bom Sucesso, Colombo, Formosa, Inajá Ivaituba, Quinta do Sol, Planaltina do Paraná, Tamboara e Tapira, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias locais. Relator Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65-73 — Ex-Proposição n.º 216-73 que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Santo Antônio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68-73 — Ex-Proposição n.º 219-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58-73 — Ex-Proposição n.º 199-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Capanema, Foz do Iguaçu, Grandes Rios, Pato Branco, Peabirú, Rolândia, Sabáudia, Salgado Filho, Cambira e São João do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 56-73 — Ex-Proposição n.º 197-73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Alto Piquiri, Ampére, Astorga, Guairaçá, Iretama, Paissandú, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. — Aprovado.

Os projetos de Lei nrs. 87-73 e 180-73, são de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e os Projetos de Resoluções acima citados são de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será por mim assinada, Secretário de Comissão, e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Antonio Belinati — Presidente.
Lóris Cordeiro de Barros — Secretário.